



MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO AMAZONAS

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DESEMBARGADOR(A) RELATOR(A) DO
EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS.**

Processo nº 0601721-49.2022.6.04.0000

Trata-se de Prestação de contas relativa à arrecadação e aplicação de recursos financeiros de **CAIO ANDRÉ PINHEIRO DE OLIVEIRA** candidato ao cargo de Deputado Estadual às eleições de 2022, pelo Partido PSC, nos termos da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 c/c pela Resolução TSE nº 23.607/2019.

A presente prestação de contas final foi protocolada tempestivamente em 27/10/2022 (ID 11467571), nos termos do artigo 49, caput, da Resolução 23.607/2019.

O prestador não apresentou todas as peças obrigatórias que devem integrar a prestação de contas (art. 53 da Resolução TSE n. 23.607/2019), dentre as quais:

- a) Os extratos das contas bancárias n. 142.194-8, 142.195-6 e 142.197-2, abertas na agência 1999-2, Bradesco, para movimentar, respectivamente, Outros Recursos, recursos do Fundo Partidário (FP) e recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC);
- b) O comprovante de transferência da sobra financeira de “outros recursos, no valor de R\$ 392,91 (trezentos e noventa e dois reais e noventa e um centavos), à conta da direção estadual do PSC – Partido Social Cristão;
- c) Os comprovantes das despesas contratadas, em especial as que foram pagas com recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC).

Após o exame preliminar da Prestação de Contas (Controle n.

20555070000AM231993) e do extrato da Prestação de Contas Final (ID 11467571), ocorrências deram ensejo à expedição de diligências ao prestador de contas, que foi instado a se manifestar no prazo de 3 (três) dias, a contar da intimação – ID 11564056.

Entretanto, o prestador de contas não atendeu à diligência, consoante certidão constante nos autos dando conta de que o prazo transcorreu in albis no dia 04/12/2022 (ID 11568514).

Passo seguinte, foi emitido Parecer Técnico Conclusivo (ID 11563439) opinando pela desaprovação das contas do candidato em questão, nos Termos art. 74, I da Resolução TSE n° 23.607/2019.

É o relatório. Segue a manifestação

Da detida análise dos autos, o Ministério Público Eleitoral, em consonância com Parecer Técnico Conclusivo (evento n.º 11563439), elaborado pela Seção de Contas Eleitorais e Partidárias – SECEP, entende pela Desaprovação das Contas, em observância do art. 47, §7º da Res.-TSE 23.607/2019.

Primeiramente, no tocante às despesas contratadas, observa-se que foram registradas despesas contratadas na ordem de R\$ 124.023,03 (cento e vinte e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos). Desse montante, R\$ 69.415,95 foram pagos com recursos oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), e R\$ 54.607,08, com “Outros Recursos”.

De antemão, imperioso destacar que não há indícios de arrecadação de recursos de origem não identificada (RONI) ou de fonte vedada nas contas do prestador em tela, tampouco de extrapolação dos limites de gastos. Nessa esteira, não foi constatada omissão de receitas.

Contudo, não consta dos autos de prestação de contas os comprovantes das despesas e dos respectivos pagamentos. De acordo com o art. 60 da Resolução TSE n. 23.607/2019, a comprovação dos gastos eleitorais deve ser feita por meio de documento fiscal idôneo. Além disso, consoante §§ 1º e 3º desse mesmo artigo, além do documento fiscal idôneo, a Justiça Eleitoral poderá não só admitir como exigir, para fins de comprovação de gastos, qualquer meio idôneo de prova, inclusive outros documentos, tais como: contrato,

comprovante de entrega de material ou da prestação efetiva do serviço, comprovante bancário de pagamento e, até mesmo, Guia de Recolhimento do FGTS e de Informação da Previdência Social (GFIP).

Vale ainda ressaltar que em relação à utilização dos recursos do Fundo Partidário (FP) e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), nos termos do § 1º do art. 79, da resolução de regência, verificada a ausência de comprovação da utilização ou da sua utilização indevida, a decisão que julgar as contas determinará a devolução do valor correspondente ao Tesouro Nacional. Noutros termos, cumpre ao prestador de contas comprovar todas as despesas pagas com recursos oriundos dos citados Fundos Públicos.

Entretanto, **mesmo intimado a comprovar tanto as despesas pagas com recursos do FEFC quanto as pagas com outros recursos**, mediante a apresentação de documentos fiscais idôneos e dos comprovantes dos respectivos pagamentos, principalmente os das despesas pagas com recursos do FEFC, por se tratar de recursos públicos, **o prestador de contas não o fez, deixando transcorrer in albis o prazo legal para tanto, consoante certidão acostada aos autos sob ID 11564056.**

Isto posto, em observância aos dados apresentados pela Unidade Técnica, em seu Parecer Conclusivo, em face da ausência de comprovação da maior parte das despesas contratadas e pagas com recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), cumpre ao prestador de contas devolver o valor de R\$ 63.415,95 (sessenta e três mil, quatrocentos e quinze reais e noventa e cinco centavos), ao Tesouro Nacional, consoante prevê o art. 79, § 1º, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Quanto às despesas contratadas e pagas com “outros recursos”, porém não comprovadas, cumpre, também, ao prestador de contas recolher o valor de R\$ 54.012,08 (cinquenta e quatro mil e doze reais e oito centavos), desta feita à conta do órgão partidário, na circunscrição do pleito. No caso, deve ser recolhido à Direção Estadual do PSC (Partido Social Cristão), em razão de que, uma vez ingressados na conta bancária de campanha, passam a ser recursos de campanha. Como tais, não tendo sido comprovada a aplicação, devem ser entendidos como “sobra de campanha” e passam a ser regidos pelo que dispõe o § 1º do art. 50, da Resolução TSE n. 23.607/2019.

Destarte, conclui-se que o prestador de contas não atendeu este item específico da diligência, inobservando o disposto nos arts. 60 e 70, da Resolução TSE n. 23.607/2019, e, desse modo, dificultando a ação fiscalizatória da Justiça Eleitoral.

Ademais, **acerca das receitas estimáveis em dinheiro**, o candidato declarou a arrecadação de receita estimável em dinheiro no valor de R\$ 2.500,00, classificada como “recursos de pessoa física”, baixada, do lado das despesas como “serviços próprios prestados por terceiros”, porém não apresentou documento comprobatório idôneo dessa arrecadação, na forma da resolução de regência.

Todavia, o prestador de contas foi intimado a apresentar os documentos comprobatórios da arrecadação estimável em dinheiro, nos termos do art. 58 da Resolução TSE n. 23.607/2019, **em especial o termo de doação e o comprovante de avaliação do serviço doado com base nos preços praticados no mercado, no momento da sua realização, todavia não os apresentou.**

A respeito dos extratos bancários, o candidato não juntou aos autos os extratos das contas bancárias abertas para movimentar os recursos de campanha (Contas: 142.197-2, 142.194-8 e 142.195-6).

O prestador de contas foi intimado a apresentar os extratos das 3 (três) contas bancárias abertas no Bradesco, agência 1999-2, destinadas a movimentar recursos arrecadados para a campanha, consoante exige o art. 53, II, “a”, da Resolução TSE n. 23.607/2019, **todavia não os apresentou.**

Salienta-se que no caso de conta bancária sem movimentação de recursos, a comprovação da ausência de movimentação deve ser efetuada mediante a apresentação do extrato bancário correspondente ou de declaração firmada pela gerência da instituição financeira, consoante dispõe o art. 57, § 1º, da Resolução TSE n. 23.607/2019.

Por fim, **acerca das sobras de campanha**, o candidato declarou as seguintes sobras de recursos financeiros:

a) do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), no valor de R\$ 584,05;

b) de Outros Recursos, no valor de R\$ 392,91.

Entretanto, não juntou à prestação de contas o comprovante do

recolhimento da sobra de Outros Recursos.

Segundo o § 2º do art. 50, da Resolução TSE n. 23.607/2019, o comprovante de transferência das sobras de campanha deve ser juntado à prestação de contas do responsável pelo recolhimento, sem prejuízo dos respectivos lançamentos na contabilidade do partido político.

Por todo o exposto, em consonância com o Parecer Conclusivo, emitido pela Comissão Técnica **manifesta-se o MINISTÉRIO PÚBLICO pela DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS de CAIO ANDRÉ PINHEIRO DE OLIVEIRA**, nos termos do art. 74, I da Resolução TSE n.23.607/2019.

Ademais, manifesta-se pela devolução dos seguintes valores:

a) R\$ 63.415,95 (sessenta e três mil, quatrocentos e quinze reais e noventa e cinco centavos), da maior parte das despesas contratadas e pagas com recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), para o Tesouro Nacional, por se tratar de aplicação não comprovada de recursos do FEFC, hipótese em que deve incidir juros moratórios e atualização monetária, calculados com base na taxa aplicável aos créditos da Fazenda Pública, desde a data da ocorrência do fato gerador até a do efetivo recolhimento, salvo se tiver sido determinado de forma diversa na decisão que julgar as contas;

b) R\$ 54.012,08 (cinquenta e quatro mil e doze reais e oito centavos), da maior parte das despesas contratadas e pagas com “outros recursos”, devendo o prestador de contas, a título de sobra de campanha, transferir esse valor para a conta da Direção Estadual do Partido Social Cristão (PSC), nos termos previstos nos §§ 1º e 2º do art. 50 da Resolução TSE n. 23.607/2019, pelas razões expostas anteriormente;

c) e R\$ 392,91 (trezentos e noventa e dois reais e noventa e um centavos), que constitui sobra financeira de “outros recursos”, para a conta da Direção Estadual do Partido Social Cristão (PSC), nos termos previstos nos §§ 1º e 2º do art. 50 da Resolução TSE n. 23.607/2019;

Manaus, data da assinatura eletrônica.

CATARINA SALES MENDES DE CARVALHO
PROCURADORA REGIONAL ELEITORAL